

UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
RONDÔNIA

CENTRO
INTERDISCIPLINAR DE
ESTUDO E PESQUISA
DO IMAGINÁRIO
SOCIAL



REVISTA LABIRINTO
ISSN 1519-6674
ANO XIX
VOLUME 30
(JAN-JUN)
2019
P. 254-276.

CONTEXTO ESCOLAR E DOCÊNCIA TRANS EM RONDÔNIA: TRAJETÓRIA, DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Kary Jean Falcãoⁱ

Doutorando em Psicologia pela
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS)

Angelo Brandelli Costaⁱⁱ

Professor Doutor do Departamento de Psicologia da
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS)

Marlene Neves Streyⁱⁱⁱ

Professora Adjunta da
Universidade Feevale (FEEVALE)

RESUMO

O estudo é de abordagem qualitativa e busca apresentar, a partir do viés da psicologia social, os desafios e perspectivas de cinco professoras travestis e transexuais que atuam na Educação Básica em escolas públicas do Estado de Rondônia. O artigo apresenta a trajetória de vida escolar e profissional fazendo uma conexão entre a construção da identidade transexual, a profissão docente, os desafios, experiências e perspectivas no exercício do magistério. Os dados se sustentam em pressupostos metodológicos da análise temática utilizada a partir do levantamento de informações com a realização de um encontro focal e de entrevistas individuais tendo a utilização de vídeos como técnica de coleta de dados. Os resultados mostram que são preponderantes os desafios na trajetória de vida escolar e profissional das participantes delineados na escolha do magistério como profissão, as perspectivas quanto aos direitos de igualdade de gênero e a valorização das diferenças em uma sociedade mais justa, democrática e tolerante.

Palavras-chave: Trajetória escolar; Docência; Transexualidade; Identidade de gênero.

ABSTRACT

The study is a qualitative approach and seeks to present, from the bias of social psychology, the challenges and perspectives of five transvestite and transsexual teachers who work in Basic Education in public schools in the State of Rondônia. The article presents the trajectory of school and professional life making a connection between the construction of the transsexual identity, the teaching profession, the challenger, experiences and perspectives in the exercise of teaching. The data are based on methodological assumptions used from the information gathering with the accomplishment of a focal encounter and of individual interviews having the use of videos as technique of data collection technique. The results showed that at preponderant the challenges in the school and professional life trajectory of the participants outlined in the choice of teaching as a profession, the perspectives on gender equality rights and the appreciation of differences in a fairer, democratic and tolerant society.

Keywords: School trajectory; Teaching; Transsexuality; Gender identity.

RESUMEN

El estudio tiene un enfoque cualitativo y busca presentar, desde la perspectiva de la psicología social, los desafíos y las perspectivas de cinco profesoras travestis y transexuales que trabajan en Educación Básica en escuelas públicas del Estado de Rondônia. El artículo presenta la trayectoria de la vida escolar y profesional haciendo una conexión entre la construcción de la identidad transexual, la profesión docente, los desafíos experiencias y perspectivas en el ejercicio de la enseñanza. Los datos se basan en supuestos metodológicos del análisis temático utilizado a partir de la recopilación de información con la realización de una reunión focal y entrevistas individuales utilizando videos como técnica de recopilación de datos. Los resultados muestran que son preponderantes los desafíos en la trayectoria de la vida escolar y profesional de los participantes descritos en la elección de la enseñanza como profesión, las perspectivas sobre los derechos de igualdad de género y la apreciación de las diferencias en una sociedad más justa, democrática y tolerante.

Palabras clave: Trayectoria escolar; Enseñanza; Transexualidad; Identidad de género.

INTRODUÇÃO

A escola sempre foi caracterizada como um espaço de consistência da lógica binária de gênero e de sexualidade atribuída pelos padrões e conceitos normativos estabelecidos historicamente, com base em uma sociedade cisheterossexual que nunca permitiu a possibilidade de novos corpos diferentes dos padrões hegemônicos.

A presença de estudantes travestis e transexuais nas escolas revela um avanço nos processos de conquista de direitos, sendo que os critérios de acesso à escolarização precisam ser associados à permanência e à garantia de reconhecimento da identidade de gênero como forma de exercício da cidadania. A matrícula de estudantes LGBT não deve estar associada à proibição de manifestação de sua livre orientação sexual. No caso das estudantes travestis e transexuais, o viés curricular heteronormativo não deveria estabelecer regras e normatizações impeditivas da afirmação de sua identidade de gênero.

Neste sentido, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que travestis e transexuais têm o direito de alterar o nome social no registro civil, assim como o Ministério da Educação (MEC) também autoriza o uso do nome social nos registros escolares de toda a educação básica. Para Souza, Honorato, Coelho e Ferreira (2019), estas professoras caracterizam mudanças no equilíbrio de poder na escola onde o contexto de heteronormatividade estabelece relações entre

os sujeitos, deixando de lado o direito de travestis e transexuais tais como: o uso do nome social, externalização de comportamentos femininos, uso do banheiro de acordo com a identidade de gênero.

Quando a escola coloca estudantes em situação de abandono, promovendo a violação dos seus direitos, ela se torna responsável na reprodução de uma política que contribui com o despreparo profissional, levando não só a desqualificação para o mercado de trabalho como também a vulnerabilidade de trabalhos com reconhecimento financeiro inferior, informal e a mão de obra barata. Entretanto, essa situação ganha outros agravantes quando se trata de estudantes travestis e transexuais que são colocados fora das escolas, pois, além de toda a situação de despreparo profissional e invisibilidade social, estas estudantes são conduzidas para as ruas, trabalhando na prostituição ficando a mercê da violência e todas as demais formas de preconceito e discriminação.

Para Sales, Souza e Peres (2017, p. 71) a escola utiliza-se de “posicionamentos ético/político/estéticos que rebatem certas produções e discursos que marginalizam algumas vidas, abrindo precedentes compromissados” como legitimação da verdade àqueles que já estabeleceram os seus ideais como encargo verdadeiro.

Conforme Franco e Cicillini (2015), no ano de 2010 um grupo de professoras travestis e transexuais propuseram a implementação de um

grupo de trabalho no XVII Encontro Nacional de Travestis e Transexuais que Trabalham com AIDS (ENTLAIDS) com o objetivo de dirigir espaços de discussão e criação de políticas de direito a pessoas transexuais voltadas à educação, criando a Rede TransEduc Brasil com o objetivo de instrumentalizar a expressão da luta pela garantia dos direitos humanos e cidadania plena de Travestis e Transexuais. Com isso, os autores admitem que houve no Brasil uma possibilidade de ampliação da educação básica mediante carta de intenções ancorada nos princípios da inclusão social com a intenção de inserir “temáticas específicas sobre a exclusão de pessoas transexuais, travestis e transgêneros nas escolas brasileiras” (FRANCO; CICILLINI, 2015, p. 326).

De acordo com Santana (2016, p. 102), os currículos e programas escolares são formados com padrões da normalidade da heterossexualidade, caracterizando ausência nos processos educacionais de discussão das outras possibilidades de expressão da sexualidade, podendo “transformar a escola em um ambiente hostil, com consequências físicas, emocionais para o desenvolvimento de pessoas LGBT”. Para a autora, o bullying, o assédio, tanto físico como verbal, levam estudantes travestis e transexuais a abandonarem as escolas ocasionando inclusive a “vulnerabilidade quanto ao uso de drogas e até mesmo ao suicídio” e a escola acaba se tornando mais um instrumento que ratifica os modelos de exclusão com ações violentas, justificadas pela imaturidade profissional e na ausência de gestão

educacional com ações afirmativas na garantia de um espaço educativo voltado para a valorização da afirmação da identidade de gênero.

Com isso, a escola enquanto instituição de ensino, além de reproduzir as práticas discriminatórias está, segundo Junqueira (2014, p. 176) “fortemente empenhada em reafirmar e garantir processos obrigatórios de heterossexualização e incorporação de normas de gênero, colocando sob vigilância os órgãos de todos”. Nesse processo, a identidade de gênero vai ficando cada vez mais exposta ao silenciamento, à invisibilidade e à exclusão de direitos, implicando o processo de reconhecimento da existência de estudantes travestis e transexuais em sua existência social.

257

Este artigo justifica-se pela produção de histórias mediadas através da construção e afirmação da identidade de gênero de professoras travestis e transexuais e os desafios enfrentados para a conclusão dos seus estudos até chegar a prática docente. A importância do estudo está relacionada à valorização da trajetória de vida relacionada às condições históricas que proporcionaram a escolha da docência como profissão, assim como os desafios e expectativas por meio das suas experiências como travestis e transexuais. Estas narrativas são essenciais ao discurso em razão de poderem, segundo Jovchelivitch e Bauer (2017), ser (re)contadas e (re)inventadas.

Mesmo sendo associadas aos grupos de homossexuais até o ano de 1960, segundo

Seffner e Reidel (2015), a luta pela identidade contribuiu para a formação de movimentos específicos da categoria, trazendo visibilidade às singularidades de travestis e transexuais que os distinguem dos demais grupos. Andrade (2012, p. 119) considera que diante de um espaço majoritariamente heterossexual, os grupos minoritários findam promovendo choques culturais que necessitam estabelecer “táticas de sobrevivência e sociabilidade”, sendo que a escola utiliza destes requisitos para transformar os diferentes em iguais e os supostos iguais em desiguais.

Neste sentido, o estudo traz como referência as experiências apresentadas por Gomes de Oliveira (2017) com argumentos que oferecem abordagem acessível e teoricamente flexível para o entendimento e análise dos dados qualitativos fornecidos pelo encontro focal e as entrevistas narrativas onde a presença de travestis e transexuais na escola e nos demais meios de representatividade era considerada a “certeza de uma existência restrita às beiradas” (GOMES DE OLIVEIRA, 2017, p. 154).

O estudo também faz uma conexão com os caminhos e obstáculos percorridos por professoras trans apresentadas no estudo de Franco e Cicillini (2015) com relatos de docentes e as relações com os processos de resistência desde a educação básica, o acesso à universidade e a inserção no mercado de trabalho como docentes.

Este artigo tem como objetivo apresentar os desafios e perspectivas de cinco professoras

transexuais que atuam na educação básica em escolas públicas no Estado de Rondônia a partir da compreensão da psicologia social. As informações foram coletadas através de um encontro focal realizado entre as participantes seguido de entrevistas individuais.

O estudo apresenta apontamentos da trajetória de vida, os desafios e perspectivas de cinco professoras travestis e transexuais, desde a fase de escolarização até o ingresso ao magistério, levando em consideração três enfoques temáticos: a identidade, a docência como profissão e a afirmação de direitos.

O embasamento teórico do estudo tem como referência inicial a compreensão histórica da emergência de travestis e transexuais enquanto categoria dentro do movimento LGBT brasileiro de acordo com Carvalho e Carrara (2013) e os embates em torno dos sentidos e dos usos das categorias travesti/transexual, assim como a perspectiva de Benedetti (2005) demonstrando os significados e as vivências de travestis e transexuais que leva em conta os elementos culturais, envolvendo a afirmação da identidade de gênero. Tais pressupostos são evidenciados neste artigo a partir das representações manifestadas pelas professoras participantes do estudo.

Método

O estudo é de abordagem qualitativa e tem como objetivo apresentar os desafios e as perspectivas na trajetória profissional de

professoras travestis e transexuais em Rondônia a partir da psicologia social. O método de coleta de informação ocorreu por meio de três técnicas indispensáveis: o encontro focal, as entrevistas individuais e o registro de informações em um diário de campo, sendo as duas primeiras captadas por meio da utilização de vídeos como instrumento de coleta de dados.

A primeira interação entre as participantes ocorreu a partir de um encontro focal com cinco professoras travestis e transexuais, realizado em uma sala de aula do Instituto Estadual de Educação Carmela Dutra, em Porto Velho, Rondônia, no dia 01 de setembro de 2018. O critério de seleção do local para o encontro ocorreu a partir de dois aspectos fundamentais: o primeiro foi em razão da escola estar localizada no centro da cidade facilitando o acesso de todas as participantes. Outro aspecto fundamental para a escolha do local foram os fundamentos históricos da formação de professores em Rondônia, por se tratar de uma escola criada em 1947 como Escola Normal do Guaporé destinada para formação de professores.

O encontro focal teve a duração de 45 minutos e contou com registro de imagens, vídeos e sons como técnica de captação das informações. Todas as participantes foram convidadas anteriormente e foram informadas quanto aos objetivos da pesquisa e a importância da participação de todas.

As entrevistas foram filmadas e feitas individualmente após a realização do encontro focal e com duração de aproximadamente 15 minutos. Cada participante foi contatada individualmente para realizar a entrevista em local de sua escolha.

Participantes

Participaram deste estudo cinco professoras travestis e transexuais que atuam em escolas públicas na rede de ensino estadual e municipal em Rondônia. As professoras foram identificadas a partir da iniciativa de levantamento de informações de docentes e a utilização do nome social promovida pela 259 Secretaria de Estado da Educação (SEDUC/RO) no diário eletrônico. Entre as professoras participantes três são funcionárias do quadro estadual e duas do quadro municipal sendo que uma delas compõe o quadro efetivo do município de Machadinho do Oeste, interior do Estado de Rondônia e a outra o quadro efetivo do município de Porto Velho conforme especificado no quadro 1 abaixo.

Quadro 1

Caracterização das professoras travestis e transexuais participantes das Entrevistas e Encontros Focais

Identificação	Idade	Localidade	Formação	Rede	Área de atuação
Professora A	47 anos	Porto Velho, RO	Letras	Rede Municipal	Ensino Fundamental
Professora B	32 Anos	Porto Velho, RO	História	Rede Estadual	Ensino Fundamental
Professora C	27 anos	Machadinho do Oeste, RO	Pedagogia	Rede Estadual	Ensino Fundamental
Professora D	27 anos	Porto Velho, RO	Matemática	Rede Estadual	Ensino Fundamental e Médio
Professora E	37 anos	Porto Velho, RO	Letras	Rede Estadual	Ensino Médio

Fonte: Elaborado pelos autores/2018.

Durante o estudo foram identificadas algumas professoras travestis e transexuais que atuam no ensino superior no Estado de Rondônia. No entanto, não foram contatadas na medida em que não se adequavam aos critérios de inclusão de participantes, que eram de atuar na educação básica e na rede pública de ensino.

No levantamento realizado nas escolas públicas e privadas de todo o Estado de Rondônia, considera-se que as cinco professoras participantes na pesquisa compõem a totalidade da população pesquisada. Também não foi encontrando, em bancos de dados, nenhum professor transexual até a data da conclusão do estudo.

CONTEXTO DA PESQUISA: INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

Para a realização do encontro focal foi solicitado à Secretaria da Educação (SEDUC/RO) um termo de apresentação e autorização para uma visita ao Instituto Estadual de Educação Carmela Dutra, localizada na Avenida Farquar, 1913, no bairro Arigolândia, região central de Porto Velho. Durante a visita além do agendamento do encontro focal foi elaborado um planejamento para a produção dos vídeos do encontro visando favorecer o atendimento aos critérios metodológicos de ação e interação especificados por Spink e Menegon (2004, p. 64) com a proposição de diálogo entre as partes e compreendendo o aspecto ético, técnico e metodológico da pesquisa. O encontro focal contou com a participação de um observador e dois técnicos para registro fotográfico e audiovisual.

Tanto para o encontro focal como para as entrevistas, adotou-se posicionamentos metodológicos construcionistas, obedecendo a três momentos importantes: a elaboração dos roteiros, a aplicação das entrevistas e a análise das informações. Os vídeos e áudios foram transcritos na íntegra pelo observador que participou do encontro focal e das entrevistas.

Em relação aos procedimentos de análise dos dados, entende-se que os processos e o contexto do estudo constituem elementos inseparáveis no que se trata da compreensão dos significados e interpretações atribuídos no decorrer da trajetória de vida de cada uma das participantes de modo diferenciado. Desta forma, optou-se por utilizar a análise temática de Braun e Clarke (2006) como método analítico amplamente utilizado nas pesquisas em psicologia qualitativa.

Os significados e resultados foram tematizados com a ideia de captar padronização nas respostas com base em quatro eixos: a construção e a afirmação da identidade de gênero; escolha pelo magistério como profissão; experiências profissionais como docente travesti e transexual, e; contribuições de professoras transexuais para a educação no estado de Rondônia.

Os resultados do estudo são caracterizados em dois eixos temáticos: o primeiro apresenta os desafios da docência trans mediado pela abordagem histórica das cinco professoras participantes do estudo. A construção e afirmação da identidade de gênero

têm seus resultados apresentados em um quadro 2 elaborado a partir do foco no “quando, onde e como” aconteceram estes delineamentos e as características particulares no quanto os processos de identificação de gênero contribuíram na escolha do magistério como profissão. Quanto ao segundo eixo temático os resultados foram caracterizados no quadro 3 pelas experiências e contribuições de docentes transexuais nas escolas e o movimento de luta por direitos a inclusão de estudantes e a construção de proposta curricular que contemple a valorização da diversidade de expressão da sexualidade, da orientação sexual e da identidade de gênero como reflexão dos direitos humanos e reconhecimento igualitário dos indivíduos.

261

Todas as cinco professoras participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido aceitando participar do estudo que foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa – CEP da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS através do Parecer Consubstanciado de nº. 2.462.019, em 06/11/2017.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: DESAFIOS NA DOCÊNCIA TRANS EM RONDÔNIA

Os desafios no processo de escolarização de pessoas travestis e transexuais sempre estiveram vinculados aos modelos disciplinares e regulatórios que as práticas educacionais adotaram historicamente com base nos estereótipos de representação binária e com o

enraizamento político com fixação de crenças e referências (PERES, 2010).

Peres (2010) apresenta uma análise dos relatos de travestis e suas experiências no sistema de ensino brasileiro, com processos de subjetivação a partir de uma cartografia, subdivididos em etapas normatizadoras e singularizadoras, com representação dos aspectos negativos que somaram na construção de uma escola transfóbica. Dependendo dos modos de subjetivação, as pessoas se tornam mais normatizadoras ou com resistências reforçadas as normas em relação ao contato com as diferenças, onde é permitido fazer um mapeamento dos níveis de abertura ou de fechamento. O sentido de subjetivação é designado pelo movimento que produz os sujeitos e a relação dos mesmos com os sentidos e significados constitutivos do contexto sócio-histórico, político e cultural (PERES, 2010, p. 58).

Embora Peres (2010, p. 59) encontre algumas tentativas para promover a inclusão de travestis e transexuais nas escolas, estas “esbarram em preconceitos de toda ordem que, para além dos currículos e programas educacionais, são encontrados nas relações interpessoais”. As reações vêm sempre carregadas de fobismos, amedrontamentos e insegurança diante dos discursos disciplinares e reguladores presentes em seus corpos, valores e referências binárias que o autor atribui aos operadores de certo/errado, normal/patológico e pecado/virtude.

Certamente, tal como os estudos de Peres (2010), os temas transversais, no que se refere à temática da identidade de gênero, têm demonstrado grande resistência em estabelecer diálogo e problematização na emergência de existencialização de estudantes travestis e transexuais. Entretanto, este estudo apresenta como resultado a trajetória e história de vida de cinco mulheres transexuais que, ao longo de suas experiências pessoais, foram aprovadas em concurso público para professoras da educação básica. Assim sendo, para a construção dos resultados, é importante que a trajetória de vida escolar das participantes fosse tratada, estabelecendo uma trajetória de vida escolar e acadêmica até chegar a prática profissional docente. Todas as cinco professoras participantes possuem formação superior completa e pós-graduação, sendo três com título de mestrado e uma cursando doutorado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS.

Os desafios na docência para as professoras elencadas neste estudo, estão caracterizadas em dois temas sendo o primeiro baseado na construção e afirmação da identidade de gênero, apontando a trajetória de quando, onde e como aconteceu este processo, sintetizado no quadro 2, com a caracterização da construção e afirmação da identidade de gênero das participantes. O segundo tema baseia-se nas relações entre a escolha pela profissão docente e como os processos de construção e aquisição de identidade foram inseridos nessa escolha evidenciadas no quadro 3. Além dos desafios na

fase de escolarização, essa temática também apresenta como foi a recepção dos alunos, demais profissionais e a comunidade, bem como

todos os fatores que contribuíram na relação entre docência e transexualidade.

Quadro 2

Tema 1: Caracterização da construção e afirmação da identidade de gênero

Identificação	Quando aconteceu	Onde aconteceu	Como aconteceu
Professora A	Fase adulta, aos 30 anos de idade.	Nas relações de trabalho, embora sempre teve conhecimento da identidade transexual	Após independência financeira e de modo prazeroso
Professora B	Na adolescência, entre 13 e 14 anos	No espaço universitário associado com a aquisição de conhecimento e compreensão crítica.	Na busca pelo conhecimento acadêmico
Professora C	Na adolescência, com 15 anos.	Nos grupos de movimento social LGBT com ações e projetos de garantia de direitos.	Sinto que está em eterna construção
Professora D	Desde os 7 anos de idade	Na família, no convívio com os próximos. Sempre foi vista como menina	Com as experiências e a família.
Professora E	Na infância, aos 12 anos de idade.	Desde menina na escola, em casa e com toda a família.	Convívio com amigos de escola, professores e demais profissionais. Minha família não foi difícil para aceitar.

263

Fonte: Elaborado pelos autores/2018.

A professora A é natural do estado do Paraná e chegou em Rondônia com aproximadamente 12 anos de idade. Relata que mesmo tendo consciência de qual era a sua real identidade de gênero, suas experiências somente vieram a se concretizar bem mais tarde, em razão

de não possuir nenhuma fonte de renda para se manter. Sabia que ao apresentar uma identidade diferente da que os pais esperavam seria expulsa de casa e por este motivo optou logo por trabalhar e conseguir uma forma de sustento.

Eu venho de uma família evangélica e de pessoas tradicionais. Eu era de família muito carente, e logo percebi que o que eu precisava era me manter financeiramente. Sabia que se eu aos 15 anos assumisse uma identidade de gênero que não conviesse com a que era esperado pelos meus pais e meus irmãos, certamente o que primeiramente aconteceria era eu ser posta na rua. Eu preferi, antes de afirmar a minha identidade de gênero, que eu sempre tive consciência de qual era, era me empregar ter uma vida financeira mais ou menos estável a ponto de as pessoas me respeitarem. Se não me respeitassem pelo que eu era, com certeza me respeitariam pelo status que eu estava objetivando ter. (PROFESSORA A: Letras)

Com a vida financeira já estabelecida, aos 30 anos de idade a professora abriu o guarda roupas e foi se desfazendo de tudo aquilo que era incoerente com a sua identidade, colocando todas as roupas dentro de uma sacola plástica.

Cheguei em casa, abri o guarda roupa, tirei tudo que não gostava e que não tinha nada a ver comigo e fui colocando numa sacola e aquilo foi sendo prazeroso. A maior expressão da afirmação de gênero que eu posso usar agora é que foi prazeroso. Eu vou usar esta roupa e não vou mais usar isto. Eu não vou mais usar esse sapato, eu vou usar o que eu escolhi usar. Isso foi muito prazeroso, e pensei o quanto tempo eu perdi da minha vida fazendo com que eu fosse o que as pessoas queriam que eu fosse. (PROFESSORA A: Letras)

No caso dos avós e demais parentes da Professora B todos preferiam acreditar que ela vivia em uma indefinição de identidade ou era somente uma fase que ia passar. Segundo ela, embora jogasse futebol com os meninos, empinava papagaio e jogava peteca, também não deixava de lado as suas formas e trejeitos femininos, principalmente quando ia brincar com as meninas de escolinha, afirmando que desde muito pequena já queria ser professora chegando

a imitar o cabelo e o cruzado das pernas da professora do primário.

Aos 17 anos eu comecei a bordar minhas roupas, a calça jeans rasgada, e me vestir bem garotinha e já me sentia bem daquele jeito. Eu não mais me via como a minha família me vestia. Percebi que a minha identidade era outra, mas só me senti mesmo quando eu fiz 19 anos e entrei na faculdade. Me descobri também quando eu conversei com outras trans e travestis para saber como eu fazia pra me tornar mulher. No início eu comecei a tomar os hormônios clandestinamente até porque eu ainda era menor de idade e minha família começou a descobrir, pois os meus seios começaram a crescer. Minha avó dizia que eu ia adoecer ou que eu ia morrer e que aquilo era do demônio. Tudo isso fez com que eu chegasse a minha transformação, porém a minha identidade de gênero foi afirmada dentro da universidade. Foi lá onde eu recebi o apoio e a orientação, principalmente da minha orientadora no curso de bacharelado em história, e isso me deu um carinho enorme por ela, pois me incentivou em tudo. Dentro da universidade que eu alcancei minha independência de ser quem eu sou e de conseguir ser o que sou hoje. Hoje eu sou uma mulher, tenho minha feminilidade e foi dentro da universidade que eu consegui afirmar essa minha identidade de gênero e a partir daí eu comecei a compreender outros caminhos que me apresentou quem eu sou. A minha identidade de gênero floresceu dentro da universidade. Onde busquei conhecimento e encontrei afirmação. (PROFESSORA B: História)

264

O surgimento dos grupos de movimento LGBT teve seu início em Rondônia com o Grupo Tucuxi - Núcleo de Promoção pela Livre Orientação Sexual (NPLOS) em 1994 e pelo Grupo Gay de Rondônia (GGR) em 2005. Embora a categoria de travestis e transexuais estivesse contemplada por estes grupos, as discussões e ações sempre estiveram voltadas para a população que residia nos bairros mais centrais deixando a população dos bairros

periféricos de Porto Velho desassistida de políticas de enfrentamento à violência a LGBT.

Em 2011, foi criado o Grupo Porto Diversidade com a intenção de promover ações especificamente para os moradores dos bairros da Zona Leste sendo que a partir dos anos posteriores o grupo ganhou visibilidade por suas ações e proporções expandindo os trabalhos para toda a cidade de Porto Velho. Nesta ONG, a Professora C desenvolvia voluntariamente ações e projetos com travestis e transexuais. É importante destacar que a partir da realização do Projeto Espelho de Vênus voltado exclusivamente para população de travestis e transexuais, em 2009, a Comunidade Cidadã Livre (COMCIL) surge como movimento para atender estas especificidades realizando ações de combate a LGBTfobia.

Segundo a Professora C, que é natural de Porto Velho, Rondônia, a identidade feminina começou a surgir assim que entrou na adolescência e a família foi muito parceira no momento. Foi o envolvimento com o movimento LGBT e os projetos e ações do grupo que a incentivaram a cursar Pedagogia e logo ingressar no serviço público após a provação em um concurso para professora dos anos iniciais no município de Machadinho do Oeste, interior de Rondônia. Segundo a professora C, a “minha família tinha muito medo que por razões de desqualificação profissional eu fosse para a prostituição e ficasse alvo fácil de violência, discriminação e preconceito”. (PROFESSORA TRANS C: Pedagogia).

De acordo com os relatos da Professora D, aos 7 anos de idade ganhou de seu pai uma roupa masculina. Segundo ela, a atitude do pai a deixou intrigada, pois sempre vestia a roupa das irmãs mais velhas e sentia-se muito bem com isso.

Realmente eu nunca tive traços masculinos, sempre fui feminina. As meninas me tratavam como menina e até hoje eu me assusto. Nunca tive barba e pra minha idade era diferente. Os outros meninos me olhavam diferente. Aos 13 e 14 anos eles me olhavam como mulher ou talvez fosse somente curiosidade em saber se realmente eu era. A única vez que eu usei roupa masculina foi aquela experiência que meu pai me deu. Sempre usei roupas femininas. Nunca gostei de vestir roupas masculinas. No bairro onde eu nasci todo mundo me respeita e sabe que eu sempre fui assim, me admiram muito. Também nunca tive medo de enfrentar isso com minha família. Preconceito sempre existiu, mas por parte da minha família nunca teve. Meu pai é soldado da borracha, no início foi difícil, mas aos poucos ele foi aceitando e hoje eu sou uma professora trans que todo mundo admira. (PROFESSORA D: Matemática)

Por mais que as regras da sociedade digam o contrário, o sexo designado ao nascimento, não determina a identidade de gênero por se tratar de uma ferramenta em que “as identidades de gêneros e sexuais se confundem e se misturam, e nem sempre estão evidentes no discurso dos sujeitos”. (SANTANA, 2016, p. 101).

Quanto aos critérios adotados para a escolha da docência como profissão, embora o quadro 3 abaixo, caracterize de modo sintetizado, é importante destacar que a decisão além de ter relação com a infância destas professoras, ela aproxima a construção da

identidade feminina com a figura afetiva da professora dos anos iniciais. Todas as professoras participantes destacaram em seus depoimentos, tanto no grupo focal como nas entrevistas, que a participação de uma professora na infância ou adolescência associada à condição feminina da docência, foi fundamental na

escolha da profissão docente, com exceção da professora 01 que foi privada da escola para trabalhar na roça. A Professora 01 se reporta à vizinha “Marlene” como responsável por realizar a sua matrícula na escola mesmo contra a vontade do pai.

Quadro 3

Tema 2: Caracterização da escolha da docência como profissão

Identificação	Quando aconteceu: Situações Relevantes
Professora A	“Parecia que o que era difícil pra mim era o que seria bom, que era estudar”. Na infância o pai retirava os filhos da escola para trabalhar na roça. Entretanto, uma vizinha a matriculou e deu o primeiro caderno. Aquele desejo de ir pra escola na infância fez com que surgisse o desejo de tornar-se educadora e recompensar a vizinha que a tirou da roça para a sala de aula.
Professora B	Na infância nasce o desejo de ser professora a partir da afetividade pela professora do “primário”. Nas brincadeiras de infância sempre queria ser a professora e já imitava a forma como a professora mexia nos cabelos e cruzava as pernas.
Professora C	“Minha família sempre teve receio de que eu entrasse na vida de prostituição e sofresse violência”. Os pais pagaram uma faculdade de Pedagogia e logo que concluiu o curso foi aprovada em um concurso público no interior do Estado de Rondônia onde trabalha como professora dos anos iniciais até hoje.
Professora D	O exemplo das irmãs professoras de matemática fez com que surgisse o desejo de ensinar. Com o trabalho e a ajuda dos pais conseguiu pagar a faculdade de Matemática e se tornar uma professora trans.
Professora E	A família teve oportunidade de contribuir na formação da filha com boas escolas. O desejo em se tornar professora surgiu a partir da comunicação e o estudo de novas línguas.

Fonte: Elaborado pelos autores/2018.

É importante citar quatro questões que são argumentadas por Ferreira (2015, p. 158) quanto à feminização e a natureza do trabalho docente atribuído ao cuidar entendido “como prerrogativa da mulher, supostamente presente

em sua natureza”. A autora elenca a desvalorização da retribuição financeira da docência (até mesmo quando a responsabilidade docente era masculina), a vocação para o ensino

(caracterizado como algo nato da mulher), a maternagem e o cuidado.

O fato da Professora A ter sido excluída pela família de frequentar a escola fez com que a vida profissional ficasse comprometida e consequentemente a construção da identidade de gênero foi adiada mesmo tendo total consciência de sua real identidade.

Na primeira serie eu fazia. Já na segunda, papai tirava a gente da escola e eu não fazia a segunda série e assim por diante, era normal. Então a minha vizinha me levava escondida pra escola. Ele tinha aquela ideia de que não precisava estudar. Ele era antigo. Só precisava ganhar dinheiro. Estudo era pra quem queria ser médico, advogado. O estudo não era pra quem queria trabalhar na roça. Quando aquilo me faltava era bom. A minha vizinha me deu meu primeiro caderno, a Dona Marlene, me matriculou escondido. Ela se passou por minha mãe. E aí quando eu vim pra Rondônia, eu já tinha meus 16 anos eu fui trabalha de lavador de carro. E eu vi a única oportunidade de estudar. Eu saía do lavador de carro e ia pra escola. Eu dizia pro papai que eu estava lavando carro, mas na realidade eu estava era estudando. E com isso eu consegui terminar o meu ensino fundamental e quando eu terminei o meu ensino fundamental naquela época eu fiz um concurso. (PROFESSORA A: Letras)

Conforme Benedetti (2005), o preconceito e a discriminação tomam conta das instituições violando o direito de pessoas LGBT e em especial travestis e transexuais. Mesmo quando a visibilidade é reconhecida em sua inscrição popular e social como no caso das mulheres transexuais participantes deste estudo, segundo Souza, Honorato, Coelho e Ferreira (2019, p. 164) estas professoras ao assumirem o papel de transexuais ou travestis estão “se colocando em um lugar ameaçado”. O fato de resistirem aos processos de exclusão que muitas

transexuais brasileiras sofrem em todas as esferas e ocuparem espaços que cada vez mais os espaços se intensificavam nos entremeios para pessoas heterossexuais, tem como relevância neste estudo os resultados do apoio da família (para alguns casos) e a relação que estas profissionais estabeleceram com a tomada de decisão pelos estudos, pelo conhecimento acadêmico e profissional, bem como na perseverança de encontrar na docência um meio de trabalho e sustento.

Souza, Honorato, Coelho e Ferreira (2019, p. 120) chegam a associar a vulnerabilidade sentida nas ruas com o mundo de trabalho de professoras transexuais e travestis marcados na luta pelo reconhecimento de direitos e a transfobia sendo que mesmo com o “ensino superior, as normas de gênero continuam a empurrá-las para a margem”.

Por que uma bicha preta decide se aventurar pela carreira docente? Por que ela retorna a um espaço onde vivenciou situações de controle, dores e perseguições racistas e homofóbicas? Voltar para a escola significava um acerto de contas com o passado. Não estava tão vulnerável como estive na infância e adolescência. A bicha preta migrava dos cantos escuros da escola, do fundo da sala de aula para a mesa da professora (GOMES DE OLIVEIRA, 2017, p. 154).

A escolha pela profissão docente por parte destas professoras possibilita à escola a quebra de um paradigma pautado na “produção do olhar domesticado que, em se tratando de corpos, vê machos e fêmeas antes de outra distinção” (SANTANA, 2016, p. 103) que se contradiz à visão binária e estereotipada homem

ou mulher no corpo travesti e da transexual. A chegada da Professora B em Ouro Preto do Oeste após a contratação via aprovação em primeiro lugar no concurso público trouxe enfrentamentos, pois:

Naquela época estavam esperando fulano, e chegou lá a “ciclana”. Porém todos já sabiam, a Secretária de Educação já sabia que eu era uma mulher trans. Ela já sabia que não era um professor, e que era uma professora. Depois que eu fui conversando, e eles me falaram que não sabiam como que elas iam lidar com uma professora trans na rede de ensino porque não havia tido uma professora trans em Ouro Preto do Oeste. Elas pensavam: como é que vai ser a recepção dos alunos? Como é que vai ser a recepção da comunidade? Então como eu sempre digo. Eu não tenho silicone, e nem prótese nos peitos. Mas peito de aço eu tenho pra enfrentar tudo que aparece na minha frente eu tenho muito peito de aço pra enfrentar (PROFESSORA B, História).

Contudo, conforme Santana (2016), travestis e transexuais são questionados no corpo, na fixação e afirmação identitária e nos pressupostos da sexualidade com o que a escola e os agentes da educação brasileira operam na binaridade. Acostumados em empurrar LGBT para os guetos e vulnerabilidade, com base nos relatos pautados nestas duas temáticas: identidade de gênero e profissionalização, os depoimentos demonstram que as experiências e dificuldades no enfrentamento da construção da identidade aliada aos mecanismos de profissionalização foram de ordem excludente e de violação de direitos indispensáveis. Porém, estes critérios pouco contribuíram para afastar mais ainda estas docentes das escolas e

universidades, servindo como instrumentos poderosos de afirmação de identidades.

Mesmo que para Peres (2010, p. 64) as universidades brasileiras ainda resistem com “uma carga muito intensa de travestifobia/transfobia/lesbofobia/homofobia que muitas das vezes se tornam corresponsáveis pelo abandono ou exclusão dessas pessoas que não chegam a concluir seus estudos”, é necessário que as escolas quebrem a estrutura binária histórica de gênero e sexualidade de seus programas e currículos inserindo a valorização da orientação sexual e o reconhecimento da identidade de gênero em seus espaços como garantia de uma proposta democrática de escolarização, profissionalização e inserção no mercado de trabalho.

268

A análise das experiências e expectativas a partir da trajetória e história de vida destas profissionais apresentam uma série de contribuições para a educação, tanto para estudantes como para toda a sociedade, independente da sua orientação sexual e identidade de gênero, mediante aos desafios e perspectivas apresentadas nos resultados.

Entende-se que o primeiro desafio está no reconhecimento da mulher e suas contribuições na participação ativa para o desenvolvimento da sociedade brasileira e as conquistas alcançadas frente à compreensão histórica marcada pela exclusão de direitos, o descaso do poder público e a violência.

Entretanto, esta probabilidade está mais distante ainda de ser comparada com a

empregabilidade de transexuais e travestis no mercado de trabalho. A exclusão social e as dificuldades no acesso a escolarização violam o direito de pessoas travestis e transexuais transformando o país em um dos líderes no *ranking* de violência e homicídios de LGBT e mais ainda a travestis e transexuais. Conforme relatório da ONG *Transgender Europe*, (2016) realizada entre 2008 a 2015, o Brasil tem registros de 802 casos de assassinatos de travestis e transexuais em sete anos de levantamento, correspondendo a 78% dos homicídios reportados em todo o mundo.

Assim, as escolas brasileiras, conforme Natal-Neto, Macedo & Bicalho (2016, p. 83) ao excluírem pessoas que expressam identidade fora da norma binária dificulta a conclusão de seus estudos e conseqüentemente a qualificação profissional e a inserção no mercado de trabalho formal. A escola criou regras do jogo evidenciadas em severa intolerância e privação de direitos a estudantes travestis e transexuais e a desobediência é caracterizada na punição aos “que não as cumprem: o menino efeminado, a menina “masculina”, as pessoas transexuais”.

As professoras deste estudo, durante o processo de escolarização foram vítimas das “regras deste jogo”. Entretanto, optaram por resistir ao preconceito e à discriminação até o final da escolarização fazendo deste desafio a sua bandeira de conquista para uma formação superior e o exercício da docência como resultado. O relato das experiências da Professora B, revela que desde criança queria ser

professora até mesmo nas brincadeiras com as amigas de infância. Na adolescência fez do ensino a forma de ganhar dinheiro e alimento dando aulas de reforço para os vizinhos.

Eu sempre quis ser a professora e me inspirava nas minhas professoras. Eu queria muito ser igual a minha professora Neres que eu nem sei se ela ainda é viva. Era uma professora da primeira geração da escola Maria Carmosina que foi onde eu estudei. Sempre me inspirava nela. Do jeito que ela fazia na sala de aula eu fazia nas brincadeiras. O cabelo, quando ela sentava e cruzava as pernas, e pedia pra gente levar o material pra ela corrigir. Desde criança eu sempre quis ser professora. E eu fui pegando gosto. Comecei a ajudar as pessoas nas tarefas de casa sendo generosa e ajudava os vizinhos dando aula de reforço. Eu ensinava as tarefas de casa. Ia deixar na escola e no horário oposto eu ensinava as filhas da minha vizinha a fazer as tarefas. Dava aula de reforço. Eu recebia um dinheirinho às vezes a minha vizinha me dava frutas, maçã, eu era de uma família bem humilde. Nós tínhamos o básico pra sobreviver mas minha vizinha me ajudava com roupas e alimento em troca de eu dar aulas de reforço para as filhas dela. Minha família queria que eu fosse pro exército. Mas aí não dava né? (PROFESSORA B, História)

269

Relata que por não ser filha biológica, passou por “maus bocados” que lhe serviram de incentivo para concluir os seus estudos e ingressar no curso de Licenciatura em História na Universidade Federal de Rondônia, UNIR. Atualmente, após enfrentar todos estes desafios, a professora cursa doutorado no Programa de Pós-graduação em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS.

Se hoje já é difícil uma travesti ou uma trans conseguir um espaço no mercado de trabalho imagina naquela época. Era muito difícil. E como que eu ia sair desse buraco? Sempre soube que era estudando. E foi o que eu fiz, me dediquei aos estudos passei no vestibular da UNIR e fui estudar. E como o curso era

vespertino tive que pensar como eu ia me manter. Tive que conseguir um estágio e fui logo estagiária da universidade, depois bolsa de iniciação científica durante os quatro anos. Quando eu já estava concluindo a universidade eu me inscrevi num concurso em Ouro Preto do Oeste e passei em primeiro lugar e assim que eu terminei minha graduação. Defendi a monografia e entreguei o TCC e enviei toda a minha documentação e me mudei para o interior. E foi a partir daí que eu consegui ter a minha independência financeira, social e a própria independência de gênero e identidade. E mais uma vez, dentro da universidade que descobri que teria minha independência. Ou eu passava em um concurso público ou senão seria a prostituição, aquilo que nós estamos licenciadas e vulneráveis a ela. Daí eu fui pra sala de aula. Nada contra pois pra mim a prostituição é um trabalho digno, mas pra mim eu sempre quis ser foi professora. (PROFESSORA B, História)

Por mais que a sociedade insista em colocar travestis e transexuais na informalidade ou até mesmo em condições de trabalho como a prostituição, as experiências vivenciadas pela Professora A, no processo de escolarização, no acesso ao ensino superior e no exercício da docência foram desafiadores e demonstram o quanto estes exemplos devem ser valorizados para a garantia do direito de estudantes transexuais que ainda hoje são vítimas do preconceito e da discriminação nas escolas. Em junho de 2019 a docente concluiu o Mestrado em Letras pela Universidade Federal de Rondônia com a pesquisa intitulada: Nomes sociais de pessoas transgêneros e nomes artísticos de *drag queens* do Estado de Rondônia: questões de identidade linguística e de gênero.

Eu olhava pra mim e dizia: eu não sei dançar, não sei fazer outra coisa. Só me resta estudar. Passei em um concurso e fui trabalhar num órgão federal. Ganhava um

salário razoável. Mas eu percebi que o trabalho que eu fazia não me dava prazer, não era o que eu gostava. Ai eu pensei: vou fazer vestibular. Fiz o vestibular após ter terminado o ensino médio pelo supletivo. Fiz o vestibular e ao mesmo tempo eu fiquei sabendo que aqui na escola Carmela Dutra ia ter um curso de magistério para pessoas que já tinham o ensino médio que seria somente uma complementação pedagógica. Era o magistério especial. Assim que terminei o magistério especial fiz um concurso pra educação como professor de séries iniciais e passei. No dia que eu passei, lá na empresa que eu trabalhava todo mundo ficou sabendo. Não existia internet e o jornal quando chegava todo mundo queria lê. O porteiro leu, viu meu nome e já cuidou de espalhar pra todo mundo. Na mesma época eu fiz o vestibular e passei pra pedagogia. Fui trabalhar e meu chefe me chamou. Falou que soube que eu tinha passado. Mas como o curso que eu tinha passado era justamente no horário do trabalho. Ele disse que era pra eu escolher. Ou fazia a universidade ou trabalhava. E num relance eu disse que ia estudar e fui no recursos humanos e pedi minha demissão. Isso era 8h da manhã e a tarde eu fui na secretaria municipal de educação saber quando eu seria chamada pra dá aula. Chegando lá eu descobri que naquele mesmo dia tinha saído a minha convocação pra tomar posse como professora. E eu tenho até hoje o edital guardado. No dia que fui demitida eu fui contratada pela prefeitura de Porto Velho. Fui trabalhar em uma escola bem distante da cidade. Na época, pois hoje ela fica dentro da cidade. Eu me sentia muito melhor ali. Ganhando um salário que era a metade do que eu ganhava antes. Daí eu decidi que essa seria a minha vida. E eu costumei dizer que o que me faltou na infância me deu base pra eu me construir. Dei sorte que não precisei me prostituir. Porque não fiz prostituição como meio de sobrevivência. Mas o que me deu base foi a educação. E de certa forma eu iria retribuir isso talvez em homenagem a Marlene (PROFESSORA A, Letras)

Como resultado das experiências e perspectivas das docentes, não é de se estranhar que a luta pela igualdade de gênero nas escolas venha a ser o principal desejo destas profissionais. Os relatos durante o grupo focal e nas entrevistas individuais, revelam que desde a

fase de escolarização até o pleno exercício da docência, a exclusão esteve presente em todas estas etapas mesmo acontecendo em contextos diferenciados. Enquanto temos uma docente que desde cedo construiu a sua identidade com a orientação da família, de outro lado temos experiências de professoras transexuais que tiveram que abdicar durante toda a sua vida de sua real identidade até alcançar o reconhecimento financeiro.

Não se pode desconsiderar que a função social da escola é preparar cidadãos para uma vida baseada no respeito mútuo e para conviver de modo comunitário com valorização as diferenças em uma sociedade mais justa, igualitária, democrática e tolerante. Entretanto, a situação política atual tem contribuído para o retrocesso e o desrespeito as diversas formas de orientação sexual e identidade de gênero. As ações propostas pelo programa Brasil sem Homofobia lançado pelo Governo Federal e a sociedade civil organizada em 2004, que tinha como objetivo equiparar os direitos de LGBT e o combate à discriminação e a violência, deixaram de ser prioridade deixando lugar para propostas totalmente desvinculadas ao reconhecimento e a reparação da cidadania de populações de LGBT.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo propôs apresentar de modo qualitativo os desafios e perspectivas de professoras travestis e transexuais que atuam em escolas da rede pública estadual e municipal no

Estado de Rondônia, tendo como instrumento de coleta a realização de um grupo focal e entrevistas individuais.

Entretanto, a construção da identidade de gênero destas professoras esteve marcada com o desejo pela docência apesar das marcas da exclusão escolar tanto pela família, deixando de matricular seus filhos para que pudessem trabalhar na agricultura, nas proibições ao uso de roupas adequadas à sua identidade de gênero, assim como todas as formas de exclusão de direitos enquanto estudantes associadas a violência e a discriminação. As diferentes formas de exclusão vivenciadas pelas docentes foram utilizadas como referência no combate às desigualdades fazendo com que cada uma delas chegasse à conclusão dos seus estudos até a aprovação em concurso público.

Em outras palavras, foi os desafios que levaram estas docentes a construção de seu projeto profissional. Entretanto, com base nos relatos e experiências, a trajetória de estudantes cisheterossexuais nas escolas brasileiras, durante todo o contexto histórico é evidenciada conquistas atreladas ao desempenho escolar, ao acesso e à permanência na escola e aos demais fatores sociais e econômicos que o país enfrenta. Também, para estudantes LGBT e mais especificamente para as travestis e transexuais estas conquistas tornam-se mais dolorosas e traçadas em trajetórias de muito sofrimento e exclusão. A identidade de gênero apresenta percursos muito mais evidentes de exclusão e descasos por parte dos instrumentos escolares de

reconhecimento da identidade de gênero que são apresentados na trajetória e história de vida das participantes.

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (2013, p. 179), estabelecem a base nacional comum e é o documento responsável por orientar a organização, a articulação e o desenvolvimento das propostas pedagógicas nas escolas brasileiras. O documento foi elaborado pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação que promoveu estudos, debates e audiências públicas com a participação de entidades representativas dos estados e municípios, professores, institutos de formação de professores e pesquisadores da área. O documento norteador propõe que os projetos pedagógicos das escolas que ofertam o ensino médio devem valorizar a promoção dos direitos humanos incluindo além de uma série de temáticas, a discussão relativa a gênero e identidade de gênero.

Quanto a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), (2017), instituída a sua implantação e orientação pela Portaria nº 1.570, publicada no Diário Oficial da União em 21 de dezembro de 2017, a resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) aponta que a temática de gênero foi objeto de muitas controvérsias durante os debates públicos no processo de elaboração do documento curricular. Neste sentido, o Conselho Nacional de Educação entendeu que as demandas sociais devem aprofundar os debates sobre o tema sendo que

uma comissão específica seria a responsável por elaborar normatizações sobre orientação sexual e identidade de gênero considerando a importância para o desenvolvimento de valores e atitudes de respeito, tolerância à diversidade, pluralismo e liberdade individual, como forma de combate à violência, ao preconceito e à discriminação na escola.

Importante destacar que durante o período anterior à implantação da BNCC, o Conselho Nacional de Educação pelo Parecer nº 15/2017 entendeu que as demandas na área dos direitos humanos requerem uma política de incentivo que institua a realização de estudos e pesquisas sugerindo a criação de núcleos de estudos e pesquisas com atuação em diversas temáticas, inclusive as relações de gênero, identidade de gênero e diversidade de orientação sexual. As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica também já reconheciam que nas décadas anteriores a 2013, as instituições de ensino assistiram a um crescente processo de fortalecimento da construção da Educação em Direitos Humanos no que se refere a gênero e identidade de gênero, podendo ser citado Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2005), o Programa Brasil Sem Homofobia (2004), Programa de combate à violência e à discriminação contra LGBT e de promoção da cidadania homossexual, o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2008) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), Temas Transversais voltados para Orientação Sexual.

Com o objetivo de promover reflexões sobre os processos, resultados, impactos e projeções sobre gênero e diversidade nos períodos de 2008 a 2011, Carrara et. al. (2017), apresenta em um documento o detalhamento do curso de Gênero e Diversidade na Escola (GDE) proposto em 2005 pela Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM/PR), Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM/IMS/UERJ) e a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR/PR), com a participação de diferentes atores vinculados aos movimentos LGBT, movimento feminista e de mulheres negras. O documento procurou apresentar uma perspectiva transversal, demonstrando como os diferentes preconceitos articulam-se e podem aprofundar as desigualdades sociais.

Entretanto, os resultados do GDE apontaram inúmeras dificuldades enfrentadas pelos professores para implantar atividades pedagógicas relacionadas a temática, tais como: falta de apoio nas escolas e as barreiras culturais, sociais e políticas na comunidade escolar. A discussão sobre gênero e diversidade ainda é configurada pela comunidade como um tabu corroborando para as experiências de práticas silenciosas para promover reflexões a respeito da temática.

Os livros didáticos distribuídos nas escolas não apresentam propostas de discussão de orientação sexual, gênero e identidade de gênero, muito menos sobre a articulação de políticas de promoção e reconhecimento de

direitos de LGBT. A bibliografia dos programas e currículos escolares reproduz os paradigmas binários de gênero e sexualidade evidenciando nos estudantes os ideais machistas, preconceituosos e cercados de práticas homofóbicas e de exclusão. Para Botton (2011, p. 37), os livros infantis chegam até as crianças através de um adulto que por sua vez se sente responsável pelo seu cuidado e educação. Entretanto, os livros didáticos trazem em suas páginas os mesmos discursos de reprodução e (re)afirmação dos exemplos que devem ser seguidos, caracterizando os discursos inovadores e diferentes dos habituais em um viés de desconfiança e repúdio.

O espaço escolar ainda está longe de ser um ambiente de apoio a projetos de fortalecimento na promoção da cidadania LGBT e um espaço de luta ao combate a homofobia/transfobia deixando de promover informações a respeito do direito, da autoestima e o incentivo a denúncia a violações de direitos humanos.

É incontestável que a inclusão da perspectiva da não discriminação de LGBT e a promoção de direitos a partir de ações escolares tenham sido negadas e utilizadas como ferramenta política de campanha eleitoreira como justificativa de atender aos anseios de uma família tradicional. Esta postura contribui para que a população LGBT seja vítima de exclusão dos meios de escolarização e de profissionalização, aumentando mais ainda o índice de violência e homicídios de travestis e

transexuais. Ao invés de serem combatidas pelos nossos representantes, estas propostas devem ser valorizadas e subsidiadas para a elaboração de políticas públicas voltadas ao combate à violência e a discriminação a LGBT e a escola deve ser o principal agente de participação destas ações.

Por fim, não só a trajetória e história de vida das professoras travestis e transexuais participantes deste estudo foram marcadas por violação de direitos à escolarização e um ambiente marcado por injustiças e exclusão. Estudantes LGBT brasileiros, não necessitam somente de acesso a matrícula na escola. Além disso, o acesso e a permanência à escola precisam de fato garantir a valorização da sua identidade e do direito a expressão da sua orientação sexual de modo igualitário, justo e democrático, sem que estejam vinculadas a prática de violência e toda forma de discriminação.

O poder público precisa com isso, compreender que a defesa e a garantia de direitos humanos também incluem a não discriminação à orientação sexual e a identidade de gênero, com propostas que combatem a homofobia e a transfobia que tem se institucionalizado nas escolas brasileiras.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Luma Nogueira de. **Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa**. 2012. 278 f. Tese (doutorado) –

Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2012.

BENEDETTI, Marcos Renato. **Toda feita: o corpo e o gênero das travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BOTTON, Andressa. **“E o prêmio vai para...”:** os estereótipos de gênero nos livros infantis premiados na última década. Porto Alegre, 2011. 111 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Psicologia, Pós-Graduação Psicologia Social, PUCRS, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais gerais da educação básica**. Conselho Nacional da Educação. Câmara Nacional de Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Portaria nº 1.570 de 21 de dez. de 2017**. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Brasília, DF, dez. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer nº 15/2017 de 15 de dez. de 2017**. Brasília, DF, dez. 2017.

BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative Research in Psychology**, v.3, n. 2, 77-101, 2006.

CARRARA, Sérgio; NASCIMENTO, Marcos; DUQUE, Aline; TRAMONTANO, Lucas; PEREIRA, Maria Elisabete. **Gênero e diversidade na escola: avaliação de processos**,

resultados, impactos e projeções. Rio de Janeiro: CEPESC, 2017.

CARVALHO, Mario; CARRARA, Sérgio. Em direito a um futuro trans?: contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, v.14, n. 2, p. 319-351, 2013.

FERREIRA, Márcia Ondina Vieira. Feminização e natureza do trabalho docente. Breve reflexão em dois tempos. **Revista Retratos da Escola**, v. 9, n. 16, p. 153-166, 2015.

FRANCO, Neil; CICILLINI, Graça Aparecida. Professoras trans brasileiras em seu processo de escolarização. **Revista de Estudos Feministas**, v. 23, n.2, p. 325-346, 2015.

GOMES DE OLIVEIRA, Megg Rayara. **O diabo em forma de gente:** (R)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação. Curitiba: Prismas, 2017.

JOVCHELIVITCH, Sandra; BAUER, Martin. Entrevista Narrativa. In BAUER, M. & Gaskell, George (Orgs) tradução de Pedrinho Guareschi. **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som. Um manual prático.** Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

JUNQUEIRA, Rogerio Diniz. A “**pedagogia do armário**”: heterossexismo e vigilância de gênero no cotidiano escolar. *Annual Review of Critical Psychology, Gender and Sexuality*, p. 189-204, 2014.

NATAL-NETO, Flávio de Oliveira; MACEDO, Geovani da Silva; BICALHO, Pedro Paulo Gastalho. A Criminalização das Identidades Trans na Escola: Efeitos e Resistências no

Espaço Escolar. **Psicologia Ensino & Formação**, v.7, n.1, p. 78-86, 2016.

PERES, Wilian Siqueira. Travestis, escolas e processos de subjetivação. **Instrumento: Revista de Estudo e Pesquisa em Educação**, v.12, n.2, p. 57-65, 2010.

PROJETO DE PESQUISA DA TVT. **Resultados do monitoramento de homicídios em trânsito:** Atualização TMM TDV, Transrespect versus Transphobia Worldwide New (TvT), 2016.

SALES, Adriana; SOUZA, Leonardo Lemos de; PERES, Wilian Siqueira. Travestis brasileiras e escola: problematizações sobre processos temporais em gêneros, sexualidades e corporalidades nômades. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 1, n. 1, p. 71-80, 2017.

SANTANA, Ana Larissa Alencar. A vivência dos travestis em escolas e no ensino superior brasileiro: uma análise bibliográfica do período 2011-2015. **Revista Científica FAGOC**, Multidisciplinar, Ubá, MG, v. 1, n. 1, p. 99-111, jan. 2016.

SEFFNER, Fernando; REIDEL Marina. Professoras travestis e transexuais: saberes docentes e pedagogia do salto alto. **Currículo sem Fronteiras**, v. 15, n. 2, p. 445-464, 2015.

SOUZA, Daniel Cerdeira de; HONORATO, Eduardo Jorge SantAna; COELHO, Ingrid Mesquita; FERREIRA, Fernanda Sousa. Transvestites and Transexual People in The Context Of Education: A Literature Review. **International Journal of Innovation**

Education and Research, v. 7, n. 5, p. 156-169, 2019.

SPINK, Mary Jane; MENEGON, Vera Mincoff. A pesquisa como prática discursiva: superando os horrores metodológicos. In: SPINK, Mary Jane (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. São Paulo: Cortez, 2004.

Recebido em: 23/07/2019.

Aprovado em: 28/08/2019.

Publicado em: 31/08/2019.

NOTAS

ⁱ Doutorando em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS). Mestre em Ciência da Linguagem e Pedagogia pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Membro do Grupo de Pesquisa Preconceito, Vulnerabilidade e Processos Psicossociais – PUCRS.

ⁱⁱ Doutor em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e com estágio pós-doutoral no PPGPSICO/UFRGS. Professor do Programa de Pós-Graduação em Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) e coordenador do Grupo de Pesquisa Preconceito, Vulnerabilidade e Processos Psicossociais, PVPP/PUCRS.

ⁱⁱⁱ Doutora em Psicologia pela Universidad Autónoma de Madrid (1994), Pós-doutorado pela Universitat de Barcelona (2004) e Pós-doutorado pela Universitat de Barcelona (2016). É professora aposentada da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Atualmente exerce trabalho voluntário do Instituto de Prevenção e Pesquisa em Álcool e outras Dependências, Revisor de periódico da Psicologia. Teoria e Pesquisa, Revisor de periódico da Cadernos de Psicologia Social do Trabalho (USP), Membro de corpo editorial da RESEARCH ON AGEING AND SOCIAL POLICY (RASP), Revisor de periódico da Revista Ártemis, Revisor de periódico da Revista Brasileira de Orientação Profissional, Revisor de projeto de fomento do Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Revisor de projeto de fomento do Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco, Revisor de projeto de fomento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Revisor de periódico da Revista Iberoamericana de Psicología: Ciencia y Tecnología, Pesquisadora voluntária do Coletivo Feminino Plural, Professora Ensino Superior da Universidade Feevale. Endereço: Av. Senador Salgado Filho, 28, Centro Histórico, 90.010-220, Porto Alegre, RS, Brasil. Telefones: (51) 3221-5298 e (51) 99880-6070.